



POLÉMICA



OLHAR CM
POR OCTÁVIO RIBEIRO

O BLOCO E O JUIZ NETO DE MOURA

Neto de Moura precisa de ser escrutinado pela sociedade de quem é um poderoso átomo de soberania. Neto de Moura tem decisões que violam o bom senso, o senso comum e, como tal, o juízo do cidadão médio. A noção de Justiça.

Nenhuma lei dita, por pior que seja concebida, que o míssil acórdão de Neto de Moura teria de retirar dois anos à proibição da besta se aproximar da sua vítima. Para que os retirou?

A comunidade judiciária nos órgãos próprios deve intervir. Mas não o Bloco de Esquerda, em mais uma deriva populista com profunda ignorância democrática. ●

Apelo ao afastamento do juiz desembargador Neto de Moura foi feito através de uma imagem partilhada nas redes sociais

Bloco quer afastamento do juiz Neto de Moura

PUBLICAÇÃO Deputada Mariana Mortágua justifica que o magistrado é “uma ameaça à segurança”

FRANCISCA GENÉSIO

O Bloco de Esquerda reprovou, nas redes sociais, a atuação do juiz do Tribunal da Relação do Porto, Neto de Moura, apelando ao ‘afastamento’ do magistrado, com a mensagem “este juiz não serve à justiça”. A declaração surge numa imagem (ver fotografia), partilhada na página Esquerda.net.

“O juiz Neto de Moura é uma ameaça à segurança das mulheres”, escreveu Mariana Mortágua, deputada do BE na sua página pessoal do Facebook.

PORMENORES

Descarta responsabilidade

O Conselho da Magistratura diz não ter competência para interferir na última decisão jurisdicional do juiz desembargador.

BE explica publicação

Ao CM, o Bloco de Esquerda explicou que “respeita a separação de poderes e não cabe ao Parlamento qualquer decisão sobre o juiz Neto de Moura”, embora admita “preocupação”.

A bloquista argumenta que “a maior ameaça à segurança em Portugal é a violência doméstica, um crime tolerado, dos vizinhos ao juiz, mas que matou 500 mulheres nos últimos 15 anos, e 11 desde o início de 2019”.

JUIZ DESEMBARGADOR TEM ESTADO ENVOLVIDO EM POLÉMICA DESDE 2017

Em causa está a atuação do magistrado: revogou a medida acessória – pulseira eletrónica – a um homem que agrediu violentamente uma mulher, tendo-lhe perfurado o tímpano, e a

redução do prazo de proibição de contacto com a vítima de três para um ano.

Já em 2017, o juiz esteve envolto em polémica, devido a um outro acórdão, em que minimizou um caso de violência doméstica pelo facto de a mulher agredida ter cometido adultério. O Conselho Superior da Magistratura decidiu aplicar-lhe a sanção de advertência registada. ●